



LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**
Com relatório dos auditores independentes

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ilmo. Srs.
Acionistas e administradores
Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 14.589 mil (R\$ 19.554 mil em 2023). Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia está buscando expansão e consolidação de suas operações no mercado e vem dando seguimento ao processo de implantação de seu plano estratégico, objetivando sua adequação operacional, de forma a rentabilizar suas atividades para reverter os resultados negativos em que têm incorrido nos últimos exercícios. As demonstrações financeiras foram preparadas pressupondo a continuidade normal de suas operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP033508/O-1



Natalia Pereira
Contadora – CRC1SP328167/O-0



Fábio Debiaze Pino
Contador – CRC-1SP251154/O-9

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Valores em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.449	2.064	Fornecedores	9	1.954	4.489
Contas a receber	5	5.791	1.289	Obrigações tributárias	10	1.514	493
Impostos a recuperar	6	247	536	Obrigações trabalhistas	11	1.067	1.557
Outros créditos	8	11	1.658	Outras obrigações		660	422
		8.498	5.547			5.195	6.961
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	7	87	136	Obrigações trabalhistas	11	1.432	1.912
Imobilizado		22	36	Outras obrigações		115	146
Intangível		241	354	Partes relacionadas	7	15.497	15.791
		350	526	Provisões para contingências	18	1.198	817
						18.242	18.666
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		4.154	4.154
				Prejuízos acumulados		(18.743)	(23.708)
						(14.589)	(19.554)
Total		8.848	6.073	Total		8.848	6.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita Líquida	13	56.307	42.193
Custos	14	(28.044)	(28.289)
Lucro Bruto		28.263	13.904
(Despesas) Receitas operacionais			
Despesas Administrativas	15	(21.742)	(13.914)
Outras Receitas e/ou Despesas		275	60
		(21.467)	(13.854)
Resultado antes do resultado financeiro		6.796	50
Resultado financeiro líquido	16	74	(602)
Resultado antes dos impostos		6.870	(552)
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.905)	(22)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.965	(574)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.965	(574)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.965</u>	<u>(574)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.154	(23.134)	(18.980)
Prejuízo do exercício	-	(574)	(574)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.154	(23.708)	(19.554)
Lucro líquido do exercício	-	4.965	4.965
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.154	(18.743)	(14.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	4.965	(574)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Provisões para contingências	381	817
Depreciações e amortizações	247	231
	5.593	474
Varição em ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em contas a receber	(4.502)	(713)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	289	(398)
Redução (aumento) em outros créditos	1.647	(1.580)
(Redução) aumento em fornecedores	(2.535)	2.207
(Redução) aumento em obrigações tributárias	1.021	141
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	(970)	316
(Redução) aumento em stock Options	-	(945)
(Redução) aumento em outras obrigações	207	(772)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	750	(1.270)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(120)	(108)
Alienação de cotas e participações em empresas	-	300
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(120)	192
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	-	(23)
Partes relacionadas	(245)	1.760
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(245)	1.737
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	385	659
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.064	1.405
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.449	2.064
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	385	659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), foi constituída na data de 05 de abril de 2019. A Companhia tem como objeto: (a) o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (b) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (c) bolsa de mercadorias; (d) corretora de títulos e valores mobiliários; (e) outras atividades auxiliares de serviços financeiros não especificadas anteriormente. Sua sede fiscal e social fica na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 433, CJ 52, Bairro Pinheiros, CEP 05419-000.

A Companhia é uma depositária de valores mobiliários, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a prestar os serviços de depósito centralizado para Notas Comerciais, Debêntures e Certificados de Recebíveis – CR, CRI e CRA. Foi autorizada pela CVM a atuar como depositária de valores mobiliários em 02 de julho de 2024, condicionada ao cumprimento de determinadas exigências, conforme decisão do colegiado da autarquia em 02 de julho de 2024. Tais exigências foram cumpridas tempestivamente e as atividades se iniciarão tão logo a Companhia obtiver a liberação das suas atividades.

Quanto às atividades comerciais do grupo, a partir de fevereiro de 2022, a Companhia realizou sua primeira emissão de Nota Comercial, iniciando um processo que consolidou essa operação como a sua principal fonte de receita ao longo do ano. O volume total de emissões em 2022 ultrapassou R\$ 5 bilhões. Em 2023, a Companhia ampliou sua participação no mercado, atingindo mais R\$ 8 bilhões em novas emissões, fortalecendo sua base de clientes e garantindo a recorrência dos já existentes. Esse crescimento foi sustentado pelo aumento do quadro de funcionários, especialmente nas áreas de tecnologia e desenvolvimento de produtos. Em 2025, a Companhia realizou o depósito, a escrituração ou a custódia de um total de mais de R\$ 40 bilhões, entre todos os títulos presentes na sua oferta, ampliando sua base de clientes e demonstrando grande resiliência.

A partir de 2024, foram feitos ajustes de estrutura de pessoal e fornecedores para enquadrar os custos da operação à estabilidade das receitas já atingidas, colocando a companhia em ponto de equilíbrio e permitindo a geração de caixa saudável. Em 2025, a companhia seguiu esse planejamento de crescimento sustentável, atingindo um resultado e caixa positivos que permitiram desalavancar sua situação financeira.

2. Base de apresentação da demonstração do resultado e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2026.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e as despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços prestados são transferidos para o contratante.

3.2 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), classificadas ao valor justo por meio do resultado, contas a receber (Nota 5) e partes relacionadas (Nota 7), classificadas como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por partes relacionadas (Nota 7) e fornecedores (Nota 9), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

3.3 Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida das perdas com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A perda com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos ao acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

3.6 Imobilizado

Estão registrados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas, e são depreciados pelo método linear com base na sua vida útil.

3.7 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (“Impairment”)

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e esta redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não identificou eventos que indicassem a deterioração ou perda de valor recuperável sobre seus ativos não financeiros.

3.8 Obrigações tributárias

As obrigações tributárias são montantes de tributos retidos de terceiros e devidos por conta de pagamentos a fornecedores e ou diretores e/ou empregados da Companhia, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.9 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

Obrigações com pessoas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

Os encargos trabalhistas são montantes devidos por conta de pagamentos a prestadores e/ou a pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.10 Empréstimos e financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidas dos respectivos encargos incorridos até a data de encerramento do exercício.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

3.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

3.12 Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas obrigações acessórias com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre as receitas excedentes de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, sobre o lucro real.

3.14 Apuração do resultado

As receitas (quando ocorrem) e despesas são reconhecidas com base no regime de competência.

3.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

3.16 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente:

- Alteração à NBC TG 02 (R3) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis / IAS 21: Aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.
- OCPC 10 – Créditos de Carbono: Estabelece normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização.

A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Normas novas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência no início ou após 1º de janeiro de 2026 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo:

- Alteração à NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e NBC TG 40 (R3) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.
- IFRS S1 – Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: Estrutura de divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.
- IFRS S2 – Divulgação de Informações Climáticas: Requisitos de divulgação de riscos e oportunidades climáticas. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.
- IFRS 18 – Apresentação das demonstrações financeiras: Estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. É esperado um impacto relevante na apresentação das demonstrações financeiras.
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Bancos conta movimento	7	20
Aplicação financeira (i)	2.442	2.044
Total	2.449	2.064

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 2025 e em 2024, o valor refere-se somente à aplicação de liquidez imediata, mantida para atender aos compromissos da Companhia

5. Contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes	5.796	1.191
Clientes a faturar	1.028	375
(-) Provisão para cancelamentos (i)	(1.033)	(277)
Total	5.791	1.289

- (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi constituída uma provisão referente às notas fiscais que se encontram em processo administrativo de cancelamento junto à prefeitura, em razão de inconsistência no preenchimento de dados durante a emissão, as quais geram incerteza quanto à realização dos respectivos créditos na data-base.

A Administração identifica os títulos vencidos e realiza uma análise individual de cada cliente com base no histórico de relacionamento com a Companhia e a situação atual do cliente no mercado. De posse dessa análise, a administração da Companhia julga o risco de perda na liquidação do título.

Os saldos têm os seguintes prazos de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Vencidos</u>		
Vencido entre 1 e 30 dias	2.385	606
Vencido entre 31 e 60 dias	603	158
Vencido entre 61 e 90 dias	281	32
Vencido entre 91 e 180 dias	652	53
Vencido entre 181 e 360 dias	1.169	47
Vencido acima de 360 dias	520	228
	5.610	1.124
<u>A vencer</u>		
A vencer entre 0 e 30 dias	1.214	442
	1.214	442
Total	6.824	1.566

6. Impostos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
COFINS a recuperar	132	248
IRRF em aplicações a recuperar	-	151
ISS a recuperar	81	81
PIS a recuperar	29	54
CSLL antecipações	4	1
IRRF a recuperar	1	1
Total	247	536

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

7. Partes relacionadas

Descrição	2025	2024
Ativo		
Efex Intermediação de Negócios e Tecnologia S.A. (i)	87	136
Total	87	136
Passivo		
Laqus S.A.	7.640	7.935
Laqus Software Ltda.	7.857	7.856
Total	15.497	15.791

Os valores a receber e a pagar junto às partes relacionadas referem-se à mútuos financeiros, sem a incidência de juros e atualização monetária, com prazo indeterminado para devolução.

Os valores pertencentes ao Grupo Laqus são transações financeiras para suportar a necessidade de caixa de cada operação e seguem com o prazo indeterminado para quitação.

(i) Em 2023, a Companhia iniciou tratativas com a Efex Intermediação de Negócios e Tecnologia S.A. para aquisição de sua instituição de pagamento (IP). Ainda no mesmo ano, como parte do acordo preliminar entre as partes, efetuou pagamentos de R\$ 100 mil a título de aquisição de ações e, posteriormente, R\$ 200 mil a título de adiantamento, valores que seriam abatidos do preço de aquisição ao final da negociação.

Em 2024, a operação de aquisição não se concretizou. A Laqus S.A. recomprou as ações e manteve-as em tesouraria, no valor de R\$ 100, e parte do valor antecipado vem sendo devolvido mês a mês, tendo o saldo remanescente, no montante de R\$ 87 (R\$ 136 em 2024), sido convertido em mútuo entre as partes.

8. Outros créditos

Descrição	2025	2024
Adiantamento a fornecedores (i)	7	1.650
Outras despesas a apropriar	4	8
Total	11	1.658

(i) O adiantamento a fornecedores de 31 de dezembro de 2024 refere-se a um pagamento excedente efetuado em relação às notas fiscais de serviços prestados pela Laqus Software Ltda., cujo valor foi restituído no mês de janeiro de 2025.

9. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores - Repasses parcerias IMF	1.751	3.450
Fornecedores	203	1.039
Total	1.954	4.489

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

10. Obrigações tributárias

Descrição	2025	2024
IRPJ a recolher	795	-
CSLL a recolher	295	-
ISS a recolher	131	125
Provisões impostos – receitas a faturar	115	42
Outros impostos	178	326
Total	1.514	493

Não houve alteração na natureza dos impostos correntes em 2025. O IRPJ e a CSLL foram recolhidos pelos métodos do Lucro Real. O PIS e a COFINS seguiram o regime não cumulativo. Além disso, foi recolhido o ISS de acordo com as regras estabelecidas pela Prefeitura de São Paulo.

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2025	2024
Parcelamentos (i)	2.125	2.537
FGTS a pagar	-	8
IRRF sobre salários (i)	-	1
Provisões de rescisões a pagar	374	626
Provisão de férias e encargos	-	297
Total	2.499	3.469
Circulante	1.067	1.557
Não circulante	1.432	1.912

- (i) Em 2024, a controlada Laqus DVM aderiu ao parcelamento previdenciário de débitos relativos ao INSS e ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes sobre a folha de pagamento. As dívidas referem-se ao último trimestre de 2023 e aos primeiros meses de 2024.

Os parcelamentos consolidados totalizaram R\$ 2.870, a serem liquidados em 60 parcelas mensais, com início dos pagamentos em 2024 e encerramento previsto para 2029. Os saldos estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com os respectivos prazos de vencimento.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 4.154, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 4.154.230 (quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil e duzentos e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal e dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- (i) Quota destinada à constituição da reserva legal;
- (ii) Importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, embora tenha sido apurado lucro, este não foi destinado à constituição de reservas ou à distribuição de dividendos, tendo em vista a existência de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, os quais foram parcialmente absorvidos pelo resultado positivo do período.

13. Receita líquida

Descrição	2025	2024
Receita de serviços prestados (i)	63.638	47.645
Receita a faturar	652	375
(-) Provisão para cancelamentos (ii)	(756)	(383)
	63.534	47.637
Deduções:		
(-) PIS (iii)	(1.049)	(792)
(-) COFINS (iv)	(4.833)	(3.650)
(-) ISS - Imposto sobre serviços (v)	(1.272)	(959)
(-) Impostos sobre receita a faturar	(73)	(43)
	(7.227)	(5.444)
Total	56.307	42.193

- (i) A receita é reconhecida de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, quando a Companhia satisfaz suas obrigações de desempenho por meio da transferência do controle dos serviços ao cliente, pelo valor da contraprestação a que espera ter direito, conforme os contratos firmados.

As receitas da Companhia compreendem, substancialmente, os serviços prestados pela Central Depositária de Valores, reconhecidos no momento da criação dos instrumentos financeiros registrados na plataforma Laqus.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi constituída uma provisão referente às notas fiscais que se encontram em processo administrativo de cancelamento junto à prefeitura, em razão de inconsistência no preenchimento de dados durante a emissão. As quais geram incerteza quanto à realização dos respectivos créditos na data-base.
- (iii) Programa de Integração Social (PIS): Na esfera nacional, tem como base a receita bruta e seu percentual está relacionado ao regime tributário adotado pela Empresa. Em razão da opção pelo regime Lucro Real, o percentual corresponde a 1,65%.
- (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): Na esfera nacional, tem como base a receita bruta e seu percentual está relacionado ao regime tributário adotado pela Empresa. Em razão da opção pelo regime Lucro Real, o percentual corresponde a 7,60%.
- (v) Imposto sobre Serviços (ISS): Na esfera municipal, tem como base a receita bruta proveniente da prestação de serviços, tributada pelo município de São Paulo à alíquota de 2,00%.

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

14. Custos

Descrição	2025	2024
Custo repasses parcerias IMF	(28.327)	(26.116)
Pis e cofins	2.728	2.295
Licenças de software desenvolvimento	(1.018)	(1.166)
Certificações de operações	(547)	(789)
Custo de Repasses de Registros TS	(490)	-
Serviços fiduciários	(452)	(975)
Custos de hospedagem - Plataforma	85	(393)
Despesas com pessoal	-	(1.141)
Outros	(23)	(4)
Total	(28.044)	(28.289)

Os custos dos serviços prestados compreendem, principalmente, gastos diretamente atribuíveis à prestação dos serviços da Companhia, incluindo despesas com pessoal técnico, infraestrutura tecnológica, processamento de operações e outros custos operacionais, sendo reconhecidos no resultado no período em que incorridos.

15. Despesas administrativas

Descrição	2025	2024
Despesas com pessoal	(17.801)	(12.065)
Serviços regulatórios	(1.302)	(566)
Desenvolvimento e software	(968)	(374)
Propaganda e publicidade	(451)	(326)
Serviços apoio administrativo	(361)	(88)
Depreciações e amortizações	(247)	(231)
Serviços de terceiros	(227)	(174)
Despesas com ocupação	(224)	-
Consultoria e assessoria PJ	(95)	(76)
Outras despesas	(66)	(14)
Total	(21.742)	(13.914)

16. Resultado financeiro líquido

Descrição	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	372	144
Outras receitas	41	31
	413	175
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(269)	(257)
Multas passivas	(6)	(480)
Despesas bancárias	(4)	(5)
IOF	(37)	(17)
Outras	(23)	(18)
	(339)	(777)
Total	74	(602)

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

17. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2025	2024
Resultado antes dos impostos	6.870	(552)
(+) Adições	1.237	1.109
(-) Exclusões	-	(425)
(-) Compensações de prejuízos fiscais (30%)	(2.432)	(40)
Base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.675	92
Imposto de Renda (15%)	(851)	(14)
Adicional de Imposto de Renda (10%)	(543)	-
Contribuição Social (9%)	(511)	(8)
Total	(1.905)	(22)

A provisão do imposto de renda é efetuada à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o superávit de 240 mil por ano. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%.

18. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui nenhuma ação contra ela. A Companhia, visando maior transparência e segurança, optou por efetuar uma provisão de possíveis contingências, considerando a estimativa feita pela administração para assuntos que, mesmo não existindo processos, possam gerar futuras discussões.

Descrição	2025	2024
Contingências	1.198	817
Total	1.198	817

19. Gerenciamento de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a) Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em

LAQUS DEPOSITÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa.

Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

c) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas.

Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.

d) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de parcelamentos (nota explicativa 10).

e) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

20. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * * * *